

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pouso Alegre-MG

Pouso Alegre, 27 de agosto de 2021.

PARECER JURÍDICO

Autoria – Poder Executivo

Nos termos do artigo 79 do Regimento Interno desta Casa de Leis, passamos a analisar os aspectos legais do **Projeto de Lei nº 1.217/2021**, de autoria do **Chefe do Poder Executivo** que **“AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA FORMA DOS ARTIGOS 42 E 43 DA LEI 4.320/64.”**

O Projeto de Lei em análise, nos termos do *artigo primeiro (1º)*, determina que fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Orçamentário Especial no valor de R\$32.940,00 (trinta e dois mil, novecentos e quarenta reais, para incluir elemento de despesa na LOA/2021, atendendo solicitação da Procuradoria Geral do Município.

	DOTAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR RS
ÓRGÃO	02	PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE	
Unidade	13	Procuradoria Geral do Município	
Função	04	Administração	
Subfunção	122	Administração Geral	
Programa	0001	Gestão Democrática, Transparente e Eficaz	
Ação /Atividade	2106	Manutenção da Procuradoria Geral do Município	
Elemento de Despesa	339034.00	Outras Despesas Decorrentes de Contrato de Terceirização	32.940,00
Fonte de Recurso	2001001	Recursos Ordinários	

O *artigo segundo* (2º) aduz que para ocorrer o crédito indicado no artigo anterior, será utilizado como recurso a anulação de dotação orçamentária, conforme abaixo discriminada.

	DOTAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR RS
ÓRGÃO	02	PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE	
Unidade	08	Secretaria de Administração e Finanças	
Função	04	Administração	
Subfunção	123	Administração Financeira	

Programa	0001	Gestão Democrática, Transparente e Eficaz	
Ação /Atividade	2058	Manutenção da Secretaria	
Elemento de Despesa	de 339034.00	Outras Despesas Decorrentes de Contrato de Terceirização	32.940,00
Fonte de Recurso	2001001	Recursos Ordinários	

O *artigo terceiro* (3º) determina que o crédito da dotação constante desta lei poderá, caso necessário, ser suplementado no decorrer do exercício financeiro de 2021, dentro do limite estabelecido na Lei Orçamentária.

O *artigo quarto* (4º) dispõe que se revogam as disposições em contrário. O *artigo quinto* (5º) que esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

FORMA

A Lei nº 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, determina o seguinte:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em: II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

INICIATIVA

A iniciativa privativa do Chefe do Executivo está conforme a Lei Orgânica do Município prevê em seu artigo 45, XII, c/c artigo 69, XXIV:

**Art. 45 – São de iniciativa privativa do Prefeito, entre outros, os projetos de lei que disponham sobre:
XII - os créditos especiais.**

Art. 69. Compete ao Prefeito: XXIV - enviar a Câmara os recursos financeiros para ocorrer às suas despesas, nos termos do seu orçamento anual, incluídos os créditos suplementares e especiais;

COMPETÊNCIA

A competência desta Casa de Leis para decidir sobre a matéria está definida no artigo 39, I, alínea a, na Lei Orgânica Municipal e no artigo 167, V, da Constituição Federal:

**Art. 39. Compete à Câmara, fundamentalmente;
I - autorizar: a) a abertura de créditos.**

Art. 167. São vedados: V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

Corroborando acerca da competência desta Casa de Leis, os ensinamentos de Nelson Nery Costa:

Competem, ainda, à Câmara Municipal diversas outras matérias, naquilo que seja classificado como interesse local, podendo ser a aprovação de autorização de empréstimos e operações de crédito, assim como a forma e os meios de pagamento; (grifo nosso)¹

A fiscalização contábil do Executivo é abordada por Diogenes Gasparini:

Em mais de uma passagem a **Constituição da República outorga ao Legislativo competência para participar da função administrativa realizada, precipuamente, pelo Executivo.** A contribuição dos órgãos legiferantes para a validade da atuação da Administração Pública acaba redundando em controle, **já que lhe cabe aprovar ou autorizar essa atuação.**

(...)

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União cabe ao Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (CF, arts. 70 e 71).

(...)

O mesmo pode se dizer em relação aos Municípios. Tais competências são das Câmaras dos Vereadores, auxiliadas pelas Cortes de Contas locais, e, onde estas não existirem, pelo Tribunal de Contas competente, observado, é claro, o que especificamente a Constituição Federal lhes atribuiu no art. 31 e seus quatro parágrafos. (grifo nosso).²

Concordante tem sido o entendimento de James Giacomoni sobre o controle orçamentário:

O exercício do controle externo é da competência do Poder Legislativo, que conta para tal com o auxílio do Tribunal de Contas.

(...)

Essas disposições constitucionais, amplamente assentadas nos aspectos adjetivos da gestão pública, **consagram o estabelecido pela Lei nº 4.320/64 em seu artigo 81:**

O controle da execução orçamentária, pelo Poder Legislativo, terá por objetivo verificar a probidade da

¹ Direito Municipal Brasileiro, 8ª ed., GZ Editora, p. 177.

² Direito Administrativo, 8ª edição, Saraiva, 2003, páginas 778 a 780

administração, a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos, e o cumprimento da Lei de Orçamento.

Tanto a Lei Maior, como a lei básica do orçamento (4.320/64) mostram claramente que **as questões centrais de interesse do controle externo são os aspectos legais ligados à questão dos dinheiros públicos e à observância dos limites financeiros consignados no orçamento.** (grifo nosso).³

A proposição em exame se afigura revestida da condição legal no que concerne tanto à competência, quanto à iniciativa, e da condição formal prevista nos artigos 42 e 43 da Lei nº 4.320/64.

JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O Projeto de Lei apresenta justificativa dispendo que tem por objetivo criar dotação orçamentária para abrigar despesas com vigilância armada na Unidade Procuradoria Geral do Município. Atualmente os pagamentos são realizados de forma centralizada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, porém para uma melhor gestão das despesas e descentralização orçamentária faz-se necessária a mudança para a unidade que efetivamente recebe a prestação do serviço Como não existe dotação para a realização de tal despesa, na forma da Lei 4.320/64 é necessária a abertura de crédito especial.

³ Orçamento Público, 7ª ed., Atlas, p. 234 e 235.

REQUISITOS LEGAIS - ARTIGO 16 DA LEI Nº 101/2000

Por fim, cumpre ressaltar que, em obediência ao disposto na Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, em seu artigo 16, o Poder Executivo apresentou declaração de estimativa de impacto orçamentário financeiro.

Fonte de Recursos: 1001001 - GERAL

Impacto	2021	2022	2023
Ativo Financeiro Inicial (I)	137.280.637,81	137.280.637,81	137.280.637,81
Passivo Financeiro Inicial (II)	27.153.104,85	27.153.104,85	27.153.104,85
Situação Financeira Inicial (III)=(I - II)	110.127.532,96	110.127.532,96	110.127.532,96
Resultado Aumentativo (Acumulado)	423.616.710,61	423.616.710,61	423.616.710,61
Resultado Aumentativo Orçamentário (IV)=(V + VI)	422.249.442,40	422.249.442,40	422.249.442,40
Receita (V)	233.449.087,76	233.449.087,76	233.449.087,76
Interferências Ativas (VI)	188.800.354,64	188.800.354,64	188.800.354,64
Resultado Aumentativo Extra-Orçamentário(VII)=(VIII)	1.367.268,21	1.367.268,21	1.367.268,21
Acréscimos Patrimoniais no Financeiro (VIII)	1.367.268,21	1.367.268,21	1.367.268,21
Resultado Diminutivo	137.064.391,74	137.064.391,74	137.064.391,74
Resultado diminutivo Orçamentário (IX)=(X + XI)	137.005.003,78	137.005.003,78	137.005.003,78
Despesas (Projeção das Despesas Liquidadas) (X)	117.461.032,61	117.461.032,61	117.461.032,61
Interferências Passivas (XI)	19.543.971,17	19.543.971,17	19.543.971,17
Resultado Diminutivo Extra-Orçamentário (XII)=(XIII)	59.387,96	59.387,96	59.387,96
Decréscimos Patrimoniais no Financeiro (XIII)	59.387,96	59.387,96	59.387,96
Resultado Projetado	0,00	0,00	0,00
Situação Orçamentária Antes do Ato (XIV)=(IV - IX)	285.244.438,62	285.244.438,62	285.244.438,62
Situação Financeira Antes do Ato (XV)=(III+IV+VII-IX-XII)	396.679.851,83	396.679.851,83	396.679.851,83
Demonstrativo do Impacto	32.940,00	0,00	0,00
Fontes de Compensação	0,00	0,00	0,00
Resultado Orçamentário Final Reprojetoado	285.244.438,62	285.244.438,62	285.244.438,62
Resultado Financeiro Final Reprojetoado	396.679.851,83	396.679.851,83	396.679.851,83

Conclusão
Atende ao Inciso I do art. 16 da Lei Complementar nº 101-2000

Após todo o exposto, *s.m.j.*, não se vislumbra obstáculo legal à regular tramitação do Projeto de Lei.

Insta registrar que este parecer se refere exclusivamente aos aspectos legais de tramitação, sendo que a questão de mérito cabe única e exclusivamente ao Douto Plenário desta Casa de Leis.

QUORUM

Oportuno esclarecer que é exigido **maioria simples**, nos termos do artigo 53 da L.O.M. e do artigo 56, III, do R.I.C.M.P.A.

CONCLUSÃO

Por tais razões, exara-se **parecer favorável** ao regular processo de tramitação do **Projeto de Lei 1.217/2021**, para ser para ser submetido à análise das ‘*Comissões Temáticas*’ da Casa e, posteriormente, à deliberação Plenária.

Salienta-se que o parecer jurídico, ora exarado, é de caráter meramente opinativo, sendo que a decisão final a respeito, compete exclusivamente aos ilustres membros desta Casa de Leis.

É o modesto entendimento e parecer, S.M.J..

Geraldo Cunha Neto
OAB/MG nº 102.023